

**RE no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.286 - RJ
(2019/0039091-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : FLAVIO MOTA PRISCO
ADVOGADO : PATRICK DE OLIVEIRA BERRIEL E OUTRO(S) - RJ117081
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

Não há nada a prover na espécie.

A decisão monocrática de fls. 841-849, impugnada pelo recurso extraordinário de fls. 3-31 (do expediente avulso) **transitou em julgado no dia 7/8/2019**, conforme a certidão de fl. 852.

Observa-se, assim, que a parte exerceu o seu direito de recorrer após o transcurso do prazo de 5 dias para a interposição do recurso cabível na espécie, qual seja, o agravo regimental.

Cumpre destacar que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente expressado o entendimento de que não se aplica o art. 219, *caput*, do Código de Processo Civil no âmbito penal, diante da ausência de omissão no sistema processual penal a respeito da contagem dos prazos, à vista do disposto no art. 798 do Código de Processo Penal.

No caso, diante do cabimento do recurso de agravo regimental para impugnar a decisão monocrática, restaria à parte, na melhor das hipóteses, se possível fosse, em tese, interpor o recurso extremo no prazo do agravo regimental, sob pena de ser inviável o seu processamento.

A esse respeito, confira-se o seguinte precedente da Suprema Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE AFASTOU A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO (CF, ART. 102, III, “A”). PRINCÍPIO DA TIPICIDADE. VIA INADEQUADA. PRECEDENTES. AGRADO NÃO PROVIDO. 1. O recurso extraordinário não é a via adequada para impugnar decisão monocrática proferida em mandado de segurança. Ademais, a interposição em prazo superior aos 5 (cinco) dias previstos para o agravo regimental inviabiliza, por si só, a aplicação do princípio da fungibilidade. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (MS 29630 ED-AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 24/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-068 DIVULG 10-04-2015 PUBLIC 13-04-2015)

De mais a mais, o fato de ter sido prolatado acórdão, no expediente avulso, em razão da interposição de recurso pelo Ministério Público Federal **não tem o condão de desconstituir o trânsito em julgado de fl. 852**. A bem da verdade, sequer seria possível a interposição de recurso extraordinário em expediente avulso.

Vale ressaltar, por fim, que o recurso extraordinário de fls. 77-100 (do

Superior Tribunal de Justiça

expediente avulso) visa ao redimensionamento da pena imposta ao recorrente "de forma que seja aplicada a atenuante da confissão espontânea". E, assim sendo, o apelo extremo sequer trata da matéria discutida no acórdão impugnado (fls. 68-72), qual seja, a impossibilidade de execução provisória de pena restritiva de direitos (entendimento que, aliás, foi favorável ao ora recorrente).

Feitas essas considerações, considerando que os recursos extraordinários interpostos são manifestamente incabíveis e que a prestação jurisdicional - no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte - foi exaurida, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do STJ.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente